



Boletim Nº 16 | 2014

CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS



150 ANOS DE CAMINHO...



**163.000 CLIENTES
E 760 GESTORES
DEDICADOS.
ESTA É A NOSSA
MARCA.**

Quem procura levar o seu negócio mais longe, sabe que no NOVO BANCO pode contar com a competência de uma equipa de gestores especialistas em oferecer-lhe as melhores soluções de internacionalização. Fale connosco e descubra um mundo de oportunidades para o seu negócio.

NOVO BANCO
EMPRESAS

Índice

FICHA TÉCNICA	4
EDITORIAL	5
NACIONAL	6
CONFERÊNCIA-ACORDO DE COMÉRCIO LIVRE:	
UNIÃO EUROPEIA-EUA	11
QUO VADIS	17
CONFERÊNCIA-DESAFIOS GLOBAIS-PROJEÇÃO PARA O FUTURO	19
INTERNACIONAL	28
UMA MULHER DESPACHANTE NUM MUNDO DE HOMENS	29
INFRAÇÕES ADUANEIRAS-DIRECTIVA	31
LISTAGEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS	38
REFLETINDO	41



35 ANOS AO SEU LADO. EM TODO O LADO.

Grupo Rego, a melhor solução, em seguros para
trânsitos e logística e na garantia de cobertura da
responsabilidade civil.

INDÚSTRIA | COMÉRCIO | SERVIÇOS
AGRICULTURA | PARTICULARES



Sede - Porto
Av. Da República, 740-2º Salas 23/26
4431 - 967 Vila Nova de Gaia
Tel. +351 223 745 760 · Fax +351 223 745 769

Lisboa:
Rua Castilho, 5 - Sala 17
1250-066 Lisboa
Tel. +351 213 174 750 · Fax +351 213 174 749

Coimbra (Sá Pereira do Lago, Lda)
Av. Fernão de Magalhães, 136,
2º - Sala Q 3000 - 171 Coimbra
Tel. +351 239 851 810 · Fax +351 239 851 819

Ficha Técnica

PROPRIEDADE E EMISSÃO:

CDO-CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Rua D. Luís I, 5, 5º - 1249-286 LISBOA - Tel 213 931 320 - Fax 213 931 329 - www.cdo.pt

DIRECTOR:

DR. FERNANDO CARMO

COORDENAÇÃO E REDACÇÃO:

AVELINO ROCHA RIBEIRO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

GRÁFICA MAIADOURO, SA

DEPÓSITO LEGAL:

237 225/06

TIRAGEM:

1000 EXEMPLARES

Editorial

Os dois últimos Boletins ficarão para a história como sendo o repositório documental de todos os eventos, promovidos pela Câmara dos Despachantes Oficiais, inerentes ao ciclo comemorativo dos 150 anos da Institucionalização da Profissão de Despachante Oficial.

Foi um ano relevante para a promoção da imagem pública dos Despachantes Oficiais, tendo sido concretizados três eventos comemorativos, que as páginas dos Boletins documentam adequadamente.

Em todos houve a preocupação de envolver toda a Classe profissional e, de forma muito cuidada, os nossos principais interlocutores públicos e privados, a quem não podemos deixar de agradecer a participação que, de forma muito importante, acrescentaram relevância às comemorações.

Também não podemos deixar de realçar as notáveis intervenções dos nossos especiais convidados que, com o seu prestígio, conhecimento e carisma, transmitiram aos auditórios respetivos a excelência dos temas expostos e da sua capacidade de comunicação.

Não podemos deixar de referir também a prestimosa colaboração amiga da Associação Comercial de Lisboa, por duas vezes, e o Centro Cultural de Belém pela disponibilidade demonstrada quanto às instalações que nos serviram de sede para os eventos referidos



Esta foi uma demonstração pública da capacidade de intervenção da nossa Classe, da capacidade de mobilização de todos nós e daqueles que connosco vivem empenhadamente o quotidiano das atividades inerentes ao comércio internacional, promovendo a economia, criando riqueza e emprego, num país tão carenciado de desenvolvimento económico e social.

Pelos motivos apontados, aliás bem explicitados nas páginas que se seguem, devemos-nos sentir orgulhosos pela singela mas digna forma como comemoramos esta efeméride.

Está a Classe dos Despachantes Oficiais portugueses de PARABÉNS.

Fernando Carmo
Presidente da CDO

Nacional

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA **Relatório e Contas do Ano de 2013**

Realizou-se no dia dez de abril, a Assembleia Geral Ordinária, na sede da CDO em Lisboa, para discussão e votação:

- **Relatório do Conselho Diretivo 2013**
- **Contas da CDO do ano de 2013:**
 - *Balancete Razão Dezembro;*
 - *Balancete Geral Dezembro;*
 - *Mapa de Valores Comparativos de Janeiro a Dezembro;*
 - *Justificação dos Desvios ao Mapa de Valores Comparativos;*
 - *Demonstração de Resultados*
 - *Balanço*
- **Parecer do Conselho Deontológico e Fiscalizador.**

Após a discussão tida por conveniente, foram os documentos, as contas e o parecer, aprovados pelos Associados presentes.

CONVERSAS AO FIM DA TARDE

No sentido de promover uma ampla e informal discussão sobre os vários desafios que se colocam à Classe, o Conselho Diretivo teve a iniciativa de realizar vários encontros entre todos os Despachantes Oficiais, que se realizaram na terceira terça-feira de cada mês, durante o primeiro semestre.

Houve a oportunidade de se tratarem vários assuntos de interesse para o futuro da atividade, designadamente os Apoios Comunitários à Modernização, de que se tratará abaixo, mais desenvolvidamente.

COMUNIDADES PORTUÁRIAS

A Câmara dos Despachantes Oficiais, vem igualmente participando, em todas as reuniões das Comunidades Portuárias, sendo em algumas, Membro dos seus Órgãos Sociais.

Pesem embora as especificidades de cada uma das referidas Comunidades, são recorrentes os temas relativos a: simplificação de procedimentos, gestão dos cartões de acesso janela única portuária organização do trabalho portuário e certificado sanitário.

CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS

A Câmara dos Despachantes Oficiais, vem participando, com regularidade nas reuniões do Conselho e dos Secretários Gerais dos vários Membros que integram a CNOP. Tem sido permanente, a preocupação pela incompreensível demora na publicação dos Estatutos das várias Associações Públicas e que justificou a redação de uma carta, diretamente enviada ao Sr. Primeiro-ministro:

- A missiva foi assinada pelo CNOP e enviada ao PM. Não houve qualquer reação.
- Perante este quadro o CNOP entende ser pertinente tornar público o seu conteúdo, através de um press-release, dando conta do inegável incómodo para todas as APP, seguindo-se uma divulgação interna junto de todos os associados de cada APP, referindo que o Governo tem conhecimento da realidade porém, mantém-se silencioso.
- Em causa, estão legítimas dúvidas sobre a aplicação imediata, na falta de estatutos, de várias disposições legais constantes da Lei

quatro das Associações Públicas Profissionais, o que gera incertezas e insegurança.

- A CDO participou ainda numa Conferência sobre “ A Nova Lei das Associações Públicas Profissionais: desafios e oportunidades” promovida pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos dias 24 e 25 de setembro.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO – ACÇÃO

A CDO – Câmara dos Despachantes Oficiais e a AIP-CE ORGANISMO INTERMÉDIO POPH assinaram uma parceria para FORMAÇÃO-ACÇÃO para PME's do sector Aduaneiro.

Este projeto denominado MOVE PME tem por objetivo conduzir e apoiar as PME's a alcançar padrões de desempenho mais competitivos, recorrendo para o efeito a metodologias ativas e diversificadas de Formação-ação, operacionalidades com recurso a Formação Teórica e Consultoria. Pela melhoria dos processos de gestão das PME e o reforço das competências dos seus dirigentes, quadros e trabalhadores, em temas como: a Gestão Empresarial, as Tecnologias de Informação e Comunicação (informática), a presença na Internet, o Marketing On-line, a Fiscalidade, os Recursos Humanos, as Relações e Comércio Internacional, Política Económica Comunitária, Procedimentos Aduaneiros, Legislação Aduaneira, Comércio Externo, Introdução de Mercadorias na UE, Gestão Financeira, SHT, a Internacionalização, as Estratégias de Internacionalização, Marketing Internacional e Responsabilidade Social, entre muitas outras. Deste modo a PME aderente terá direito a Avaliação Diagnóstica e a Consultoria/ Formação interna, de modo a cumprir o Código do Trabalho. O projeto é financiado a 100%, Sobre esta matéria, o Conselho Diretivo promoveu duas reuniões, uma em Lisboa outra no Porto, com a presença de um especialista, no sentido de sen-

sibilizar os seus Associados para as virtualidades deste Programa.

CERTIFICADOS DE ORIGEM PROTOCOLO ENTRE A CDO E CCIP

A Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (anteriormente designada por Associação Comercial de Lisboa) tendo concluído que mais de 40% dos requerentes dos CERTIFICADOS DE ORIGEM são Despachantes Oficiais, entendeu como formal reconhecimento destes que, os preços de cada serviço por estes solicitado, deveriam ser equiparados aos preços de cada serviço solicitado pelos seus próprios associados. Deste modo, a CCIP propôs à CDO a celebração de um protocolo para formalização de tal entendimento e equiparação do preço.

Recordamos que apenas serão beneficiários os Despachantes Oficiais bem como os seus colaboradores quando devidamente identificados com o Cartão emitido pela CDO.

O citado Protocolo entrou em vigor a partir do mês de novembro.

SEMINÁRIO Novo Procedimento de Importação de Suplementos Alimentares – Segurança e Conformidade dos Ingredientes.

Considerando que a verificação de conformidade dos Suplementos Alimentares com a legislação aplicável é um processo difícil e moroso, a Direção dos Serviços de Nutrição e Alimentação (DSNA) da Direção Geral de Alimentação a DGA promoveu um SEMINÁRIO sobre o tema, que teve lugar em Lisboa no dia 4 de Julho entre as 9.30h e as 12.30h, nas suas instalações, sitas no Edifício 1 da Tapada da Ajuda, Lisboa. Foram discutidos e analisados os novos procedimentos bem como o programa informático que o suporta, de cuja correta aplicação

podem resultar benefícios para todos quantos tem de obter tal verificação de conformidade.

ACESSO A DESPACHANTE OFICIAL

Por falta de Candidatos que preenchessem o número legal, para o efeito necessário, o Curso de Formação e Acesso a Despachante Oficial, foi, no corrente ano, substituído pela Prova de Avaliação e Equivalência. Após a realização das provas escrita e oral, foram aprovados os seguintes Candidatos:

Dr. Joaquim José Pereira Guimarães da Costa

Dr. João Diogo Borges Fernandes Lopes

Luís António da Silva Pinto Coelho

Dr. Ricardo José Neves da Silva

Rui Miguel Nunes Lopes

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – Orçamento

Realizou-se na sede da CDO, no dia 29 de dezembro, a Assembleia Geral para discussão e votação do Orçamento da CDO para 2015, proposto pelo Conselho Diretivo, tendo o mesmo sido aprovado.

Formação Profissional dos Despachantes Oficiais e dos seus Empregados

Decorreu de 6 de outubro a 11 de dezembro, nas sedes das Secções de Lisboa e do Porto, o habitual Curso de Formação dos Empregados dos Despachantes Oficiais que este ano se fez coincidir com igual ação destinada aos Despachantes Oficiais, no sentido da renovação de conceitos e atualização de conhecimentos, aliás conforme o Estatuto dos Despachantes Oficiais.

As matérias lecionadas foram:

- **Seguros**
- **Transporte Marítimo;**
- **IEC's – Impostos Especiais sobre o Consumo;**
- **Legislação Aduaneira;**
- **Contrafacção;**
- **Cartas de Crédito/ Direito Bancário;**
- **Fiscalidade;**
- **Contratos de Compra e Venda Internacionais;**
- **Direito de Representação**







NUNO BRAAMCAMP – Despachante Oficial
na Alfândega – Sociedade Unipessoal Lda.

Avenida 24 Julho 52, 2º-Dtº
1200-868 LISBOA
Tel. 213 920 240 – Fax. 213 907 758
E-mail. braamcamp@braamcamp-desp.pt

Delegação do Aeroporto de Lisboa

Aeroporto de Lisboa
Terminal Carga - Edifício 134 - piso 1
Gab. 1235
1750-364 LISBOA

Delegação de Alverca

Alverca - Estrada Nacional 10 Km 127 -
Edifício Patinter, 2.º - Gab. 4
2615 ALVERCA DO RIBATEJO



NUNO DE MESQUITA PIRES
Despachante Oficial Associado, Lda.

SETUBAL . LISBOA . SINES

Sede Social: Av. D. João II, 48C – 2.º C/D – Apartado 44 . 2901-858 SETÚBAL
Tel.: Geral 265 546 640 – D.H.E. 96 659 72 84 – 96 605 28 63 – **Fax:** 265 546 660
Internet: <http://www.nmesquitapires.pt> . **E-Mail:** nmp@nmesquitapires.pt

*Nuno de Mesquita Pires
Nuno Gabriel Mesquita Pires
Fernando Santos Claudino
Cláudia Oliveira Marques
(Despachantes Oficiais)*

Despachos de Navios – Importação – Exportação – Trânsitos



Rua da Manutenção, 17 – 3.º Esq.º
1900-318 Lisboa
Tel.: 21 865 0440
Fax.: 21 865 0449
E-mail: geral@mpamaral.pt



Conferência

Realizou-se no dia 25 de Junho de 2014, no Salão Nobre da CCIP – Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa, em Lisboa, pelas 16h00, uma Conferência, integrada no Ciclo Comemorativo dos 150 anos do Despachante Oficial ao serviço do Comércio Internacional, promovida pela Câmara dos Despachantes Oficiais, sob o tema,

As relações Internacionais entre a União Europeia e os Estados Unidos podem contribuir para o fim da crise?”.

Foram conferencistas, os Ilustres Senhores, Embaixador Martins da Cruz, o Professor Dr. Vital Moreira e o Sr. Eng.º Vital Morgado, Administrador da AICEP.



Abertura

Procedeu à abertura da Conferência, o Dr. Fernando Carmo, Presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais, que começou por saudar os Ilustres Conferencistas e a Distinta Audiência presente, designadamente todos os altos Representantes, da Autoridade Tributária Aduaneira, das várias Direções Gerais, de diversos Institutos Públicos, das Comunidades Portuárias, das Associações Profissionais e dos Colegas Despachantes Oficiais.

Agradeceu ainda a permanente disponibilidade da CCIP para colaborar com a Câmara dos Despachantes Oficiais e lançou o tema.



Dr. Fernando Carmo

Presidente da CDO

Não é por acaso que o tema da primeira Conferência, integrada no Ciclo Comemorativo que es-

tamos a celebrar e esta igualmente, incluem no seu tema, a palavra “Crise”.

Naturalmente que, sendo os Despachantes Oficiais, uns dos principais atores, em representação e mesmo a montante desta, dos Operadores Económicos, esta situação que é global, não poderia estar fora das suas preocupações. Por tudo isto e porque a Câmara dos Despachantes Oficiais procura ter precisamente na sua Agenda, as grandes preocupações da Economia Global, a razão deste tema.

Afirmou a sua convicção de que os Ilustres Conferencistas, não deixaram de contribuir com o possível esclarecimento para uma situação que gera preocupações a âmbito global.

Desenvolvimentos

Iniciou a Conferência, o Sr. Embaixador Martins da Cruz que, com um saber da experiência feito e com agradável dicção, na sua qualidade de Embaixador de Portugal nas várias capitais do Mundo, começou por referir que todos os Acordos, como este que dá o título a esta Conferência, são essenciais para se ultrapassar a situação que, mais que crise, se caracteriza por uma grande indefinição de conceitos e sobretudo das práticas, entre os diversos atores do Comércio Internacional, hoje Global.

Desmistificou o conceito, hoje muito em voga que a diplomacia passou a ser sobretudo económica. No seu entender, para o que forneceu vários exemplos que testemunhou ao longo da sua carreira diplomática, excetuando alguns períodos históricos de tensão política, a democracia serviu sempre os interesses dos Países, na área económica e também mesmo financeira.

E por isso defende, como sempre fez, que a Diplomacia, em Portugal, deveria estar integrada

no Ministério da Economia, e não no Ministério dos Negócios Estrangeiros.



Embaixador Dr.º Martins da Cruz

Concluiu com uma manifestação de esperança, no sentido que, salvaguardados os específicos interesses de cada Bloco, o Acordo – Tema desta Conferência, poderá contribuir de forma relevante para o desenvolvimento da União Europeia e do Mundo em geral. O Professor Doutor Vital Moreira, como Presidente da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu, fundamentou o desenvolvimento do Acordo – Tema, naquilo que foi considerado um relativo insucesso da Conferência de Bali da Organização Mundial do Comércio e que incentivou a União Europeia e os Estados Unidos da América, a intensificarem as suas negociações no sentido da concretização do citado Acordo.

Como ponto de partida, refere que os Estados Unidos da América, não podem prescindir de um Mercado de 430 milhões de consumidores que é o da União Europeia e o maior do Mundo.



Do outro lado, a União Europeia, defronta-se com problemas de escoamento dos produtos originários do seu Mercado Interno.

Ambos os contraentes, estão perfeitamente cientes desta realidade e daí que tenham aceite os grandes princípios de tal Acordo.

No seu entender e considerando por exemplo o sector da energia, em que os EUA acabam de se tornar auto-suficientes, com a extração do petróleo de xisto, mas tem de recorrer a outros para proceder à sua destilação que não pode ser feita no seu território, tal circunstância pode trazer para a UE, uma poupança de biliões de euros, não só pela poupança do preço da energia, mas também pela possibilidade de proceder à destilação do petróleo.

Entende no entanto assinalar que os EUA, estão simultaneamente a negociar um Acordo semelhante com os Países da área do Pacífico, o que pode ser entendido como forma de subtil pressão, sobre as negociações em curso com a UE.

Sendo totalmente favorável à concretização de tal Acordo que irá como revolucionar a economia europeia, por isso surpreende-se como tal tema

não surgiu ainda na Agenda Política Portuguesa. Não deixa de considerar que o mesmo dependerá de árduas negociações, por exemplo no âmbito dos produtos agrícolas, uma vez que em causa, estarão sobretudo reduções ou mesmo isenções de tarifas aduaneiras.



Prof.º Dr.º Vital Moreira

Neste quadro, não pode deixar de referir a importância das denominações de origem protegidas das mercadorias, sob pena das mesmas serem excluídas dos benefícios do Acordo.

O Eng.º Vital Morgado, de uma forma concisa, pragmática e sempre suportado por gráficos de fácil compreensão, procedeu a uma análise da balança de pagamentos nacional, considerando pois as exportações e importações.

Conforme demonstrou, a visão nacional do âmbito das exportações é demasiado generalista, uma vez que considera o seu todo e não as partes.

Como demonstrou, por sectores específicos de atividade, alguns deles contribuem de forma percentualmente muito reduzida para o esforço da exportação.

Releva que o aumento dessa percentagem tem sido notável nos últimos tempos, mas que pode ocorrer que o mesmo aumento de nível de produtividade / exportação, se não possa manter nos tempos seguintes, considerando o aumento cada vez maior, da concorrência dos Países ditos Emergentes.



Eng.º Vital Morgado

Lembra ainda que, não sendo Portugal um País de “matérias-primas”, os produtos exportados são normalmente o resultado do fabrico de matérias-primas importadas o que acaba por traduzir-se num reduzido saldo da nossa balança de pagamentos.





Demonstra, através de gráficos que a AICEP tem vindo a desenvolver uma atuação de apoio e suporte totais, à exportação e ao desenvolvimen-

to da atividade económica nacional e que assim continuará a atuar.

Seguiu-se uma troca de impressões entre os Ilustres Conferencistas e alguns Representantes de Associações Empresariais, no sentido do esclarecimento e precisão dos conceitos expostos.

Encerramento

O Presidente da CDO, Dr. Fernando Carmo, agradeceu a prestação dos Ilustres Conferencistas, a presença da Distinta Audiência e encerrou a Conferência.





“Quo Vadis?”

No fim do século XX, princípio do XXI difundiu-se no léxico mundial uma palavra nova – “Globalização”.

Se a palavra em si aparentava ser nova, analisando o acto em si próprio nada trazia de novo, a não ser a utilização das novas tecnologias ao serviço do comércio mundial. À luz do conceito então largamente publicitado a realidade é que não foi mais do que nós portugueses e espanhóis fizemos no início do século XVI após o estabelecimento das rotas marítimas com a Índia, China, América do Sul e o então Novo Mundo.

Trouxemos de uma forma mais célere para o velho continente as especiarias da Índia e os novos produtos que das quatro partidas do mundo começavam a invadir a Europa recebendo assim ouro, prata, cana de açúcar, batata, e uma infinita gama de produtos provocando um enriquecimento dos reinos que após uma Idade Média de grandes limitações, se viram de repente com um poder económico inesperado o que levou inevitavelmente a que em anos vindouros a luta e disputa do poder no mar e nas colónias entretanto surgidas fosse um quotidiano. Foram séculos de intensa actividade política e económica que viriam a culminar na conferência de Berlim de 1884-1885 em que as grandes potências europeias de então pretendiam dividir a África e que só a onda liberalizadora e independentista do pós guerra veio pôr termo com a independência abrupta e em catadupa desses territórios e já sob o olhar e pressão dessa grande potência mundial que entretanto tinha nascido, os EUA.



Rui Casimiro – Vice Presidente da CDO

Mas voltemos uns séculos atrás, ao início daquilo que eu apelidarei da “Primeira Globalização”. Com o desenvolvimento do comércio mundial do Século XVI, rapidamente as coroas de então se aperceberam que, lançando taxas sobre os produtos chegados à Europa, tinham ali uma fonte de receita infindável e nalguns casos incomensurável. Estavam assim lançadas as bases para o aparecimento de instituições várias que viriam a resultar nas alfândegas e assim de uma forma muito simplista podemos dizer que a primeira globalização deu origem às alfândegas. Correntes doutrinárias, facilitistas e pouco esclarecedoras, quicá até obscuras, tendem a incutir nas opiniões públicas mundiais que as alfândegas são um entrave à globalização que se pretende no Século XXI.

É fundamental que não nos deixemos encantar por este olhar da serpente que nos oferece tão radiosa maçã.

É que os políticos que nos empurram para estes tratados milagrosos e facilitadores são os mesmos que criam as leis e regulamentos vários (vindos de Bruxelas) que fazem com que as alfândegas no desempenho das suas funções assumam por vezes papéis menos simpáticos no controlo do comércio mundial.

Quando em 31.07.2014 a OMC confirmou em Genebra o fracasso do tratado de Bali de 2013 logo me recordei do já atrás citado tratado de Berlim do Século XIX e das suas consequências para o mundo de então e que ainda hoje se reflectem no continente africano.

O que temos aqui em jogo é uma superpotência (os EUA) defendendo os interesses de um conjunto de multinacionais que tendem por formas várias uma facilitação anárquica dita de desburocratizadora que pretendem de uma forma directa e sem controlo colocar o seus produtos no mundo inteiro.

Vimos surgir acordos com os países da América do Sul e Central, Ásias e agora um falado mas pouco explicado e concretizado (como convém) acordo comercial EUA-UE.

E o que fazem a Índia e a China? Remetem-se a um mutismo muito conveniente deixando que os defensores destas políticas ditas de milagrosas para as economias mundiais façam o seu trabalho, pois são mais que patentes as vantagens que daí lhe advirão.

No caso particular de Portugal os políticos que nos governam parecem desconhecer (o que é lamentável) ou procuram não entender (o que é grave) que as alfândegas são a primeira força de defesa de um país. Podem até existir forças armadas de elite bem preparadas e equipadas, polícias sofisticadas mas aqueles que estão na "border" são os agentes aduaneiros e os serviços

a eles directamente ligados que defendem em primeira trincheira um país da invasão de produtos nocivos para a saúde, drogas, mercadorias contrafeitas ou subfacturadas e contra invasões modernas que tendem à destruição da verdadeira independência nacional.

É que sem independência económica não há soberania.

Países como os do Norte da Europa perfeitos conhecedores destas questões enquanto assistem a tratados e conferências reforçam as suas alfândegas em meios e formação dos seus funcionários, dois alicerces base de uns serviços modernos, funcionais e aqui sim verdadeiramente facilitadores.

E nós, primeiros globalizadores? Vimos assistindo há já longos anos a uma redução aniquiladora da importância dos nossos serviços aduaneiros.

Meios velhos e obsoletos, com funcionários desmotivados por vicissitudes várias que tendem por vezes a fazer reflectir no seu serviço toda uma frustração profissional, tantas vezes um excesso de zelo cobre toda uma desinformação e falta de actualização. Aqui não podemos deixar de apontar o dedo a direcções e chefias que pouco ou nada fizeram para defender junto do poder político a instituição que dirigiam.

Sob este tema olhemos rapidamente para o exemplo americano e fiquemos pasmados com o orçamento anual, equipamento e formação do seu pessoal aduaneiro; basta só referir, a título pontual, que na fronteira de Tijuana onde passam diariamente cerca de 25 000 viaturas e mais de 50 000 cidadãos existe um muro com três barreiras de contenção com vários quilómetros que tornam a memória do muro de Berlim quase ridícula, e na estrada de acesso à citada fronteira 12

camiões com scanner fazem patrulhamento 24 horas por dia.

Como se vê a política de liberalização é a “Lei do Funil”.

Voltando ao nosso caso, dada a intervenção cada vez mais reguladora e menos cobradora das nossas alfândegas e a sua importância para a economia nacional, já mais do que uma vez me questioneei se, em vez de uma muito discutível integração da antiga DGAIEC na AT não teria sido muito mais lógico e funcional mantê-la e transferir a sua tutela para o Ministério da Economia.

Reequipar e proceder a uma sólida e objectiva formação dos seus quadros é urgente. Compete-nos a nós cidadãos que trabalhamos com os serviços aduaneiros exigi-lo ao poder político, pois aí também temos que ter a tão apregoada competitividade que leva, essa sim à facilitação; e tomando a liberdade cito palavras do Professor Doutor Hermano Saraiva “... Portugal sem alfândegas dificilmente será viável!”.

E nós despachantes e transitários aonde nos encontramos no meio deste turbilhão de interesses e conflitualidades?

O nosso caminho e futuro só pode passar por um entendimento, pois cada vez mais uns dependemos dos outros.

No mercado todos temos o nosso lugar. Nas políticas de simplificação e desregulação não será fácil lutar comercialmente contra as grandes multinacionais dos “Courier”, mas esses vendem um produto muito diferente do nosso, nós vendemos transporte, embalagem despacho, eles vendem “tempo” e isso combate-se com qualidade de serviço e saber.

Nós despachantes estivemos até há pouco tempo no fim da cadeia, quando a carga chegava ou partia é que agíamos fazendo o despacho de importação ou exportação. Hoje temos que estar no início da cadeia, o nosso cliente antes de fechar o negócio, deverá contactar-nos, pois são tantos os regulamentos, directivas, certificados e outros, a apresentar junto dos serviços aduaneiros que uma simples consulta antes pode evitar muitos dissabores e preocupações depois.

Quantas vezes quando da chegada de uma determinada carga ao pedir-se um certificado de conformidade ao importador, este fica atónito desconhecendo tal tramite.

Com os nossos conhecimentos e prática somos uma mais valia para as Alfândegas, transitários, e fundamentalmente para os operadores económicos.

Somos nós os verdadeiros facilitadores do comércio internacional.

É aqui que o nosso paradigma de trabalho tem que mudar.

Já não estamos a assistir à chegada das naus da Índia para ajudar no contado a entregar à coroa.

Estamos na linha da frente da tão falada globalização, a ajudar os nossos clientes a escolher as melhores rotas e meios de trazer as suas mercadorias ou a expedi-las. Somos nós que sabemos de toda a tramitação. Trabalhem com profissionalismo, honestidade e dedicação e em breve estaremos a comemorar não os 150 anos da nossa regulação profissional mas os 250. É como disse há tempos numa comunicação proferida na CDO “HOJE JÁ É PASSADO O FUTURO COMEÇOU ONTEM”.

Encerramento do Ciclo Comemorativo dos 150 Anos de Despachante Oficial



Desafios Globais: projeção para o futuro

No âmbito das Comemorações dos 150 Anos da criação da atividade de Despachante Oficial em Portugal, a CDO tem a honra de convidar V. Ex.^a a participar na Conferência de encerramento “**Desafios Globais: projeção para o futuro**”, que terá lugar no próximo dia 29 de novembro, às 10.30 horas, no Centro Cultural de Belém, sala Fernando Pessoa, seguida de almoço buffet.

A conferência, cuja abertura será efetuada pelo Presidente da CDO, Dr. Fernando Carmo, contará com as intervenções do Secretário-Geral da UCCLA, Dr. Vítor Ramalho, do Conselheiro e Assessor Jurídico da CONFIAD, Dr. Mauro Giffoni e do Diretor-Geral da Autoridade Tributária, Dr. António Brigas Afonso.

RSFF até ao dia 21 de novembro (das 9:30 às 18:00 horas)
Ana Simões | Tel.: 21 318 79 20 | despachantes150anos@unimagem.pt



Conferência



Abertura

O Presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais, Dr. Fernando Carmo, agradeceu a presença de tantos Ilustres Convidados, designadamente o Sr. Director Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, suas Ilustres Sub-Directoras, Directores das Alfândegas, Funcionários Superiores, Dr. João de Sousa, Ordem dos Farmacêuticos, Câmara dos Solicitadores, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes, Conselho Português de Carregadores, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva – Sociedade de Advogados, RL, Recipneu, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana, Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique, Consejo General de los Colegios de Agentes y Comisionistas de Aduanas, de todos os Colegas que nos acompanham e dos Distintos Oradores Dr. Vitor Ramalho, Dr. Mauro Giffoni e o próprio Director Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Sr. Dr. Brigas Afonso.



No uso da palavra, refere nesta Cerimónia com que se encerra o Ciclo Comemorativo dos 150 Anos de Actividade de Despachante Oficial, que com o mesmo, se pretendeu evidenciar, o rigor, a ética, a competência do Despachante Oficial no exercício da sua profissão. Procurou chamar-se a

atenção do País, da Administração Pública e dos Operadores Económicos para o papel desempenhado pelos Despachantes Oficiais.



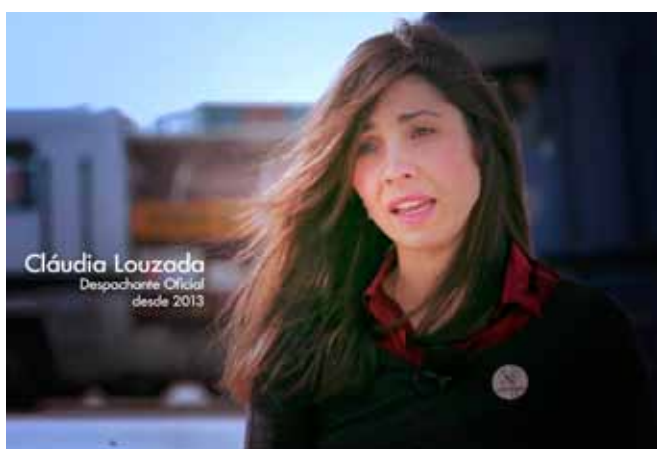
Dr. Fernando Carmo – Presidente da CDO

Concedeu-se maior relevo à função das Alfândegas, sempre se defendendo que todos que com ela colaboram, necessitam de uma cada vez maior qualificação.

Filme



Seguiu-se a exibição de um filme que tendo como fundo o sentido da exportação e com uma voz em “off” que a comentava explicitando os seus movimentos, foi de quando em vez intercalado por intervenções do Dr. Fernando Carmo, do Despachante Oficial Roma Andrade e da Directora Executiva Dra. Cláudia Louzada, com as quais se pretenderam evidenciar, os desafios do futuro, com a essencialidade da exportação, as responsabilidades do cumprimento do Programa



Alfândega 2000, a natural e específica função do Despachante Oficial como Consultor do Operador Económico e a consequente necessidade da sua permanente e mais rigorosa qualificação (Dr. Fernando Carmo), as modificações operadas durante estes anos, as novas tecnologias, o mercado global, a informatização, a passagem da CDO a Ordem, a necessidade de uma cada vez maior, qualificação dos Despachantes Oficiais e rapidez na execução do serviço (Despachante Oficial Roma Andrade) e ainda, a imprescindibilidade do

Operador Económico recorrer ao Despachante Oficial como seu Consultor não só na área Aduaneira mas também no âmbito do Comércio Internacional (Dra. Cláudia Louzada).

Desenvolvimentos

Pelo Sr. Dr. Vitor Ramalho, foi desde logo evidenciada a mudança radical operada no âmbito do comércio, então dito internacional, para o actual comércio global, após a implosão do Muro de Berlim que marca uma alteração de paradigmas. Sob as regras do GATT, o comércio era essencialmente bilateral, realizado entre Países que subscriviam os Acordos que nessas áreas se mostravam mais adequados. Aos poucos, começaram a aparecer os Espaços Económicos Supra Nacionais, como a CEE, NAFTA, MERCOSUL, ASEA, assim se alargando as áreas do comércio extra-fronteiriço. E surge a Organização Mundial do Comércio, em substituição do GATT. Tenta-se com esta, levar a globalização ao extremo. Pretende-se uma democratização económica à escala planetária. Ignora-se porém que os conceitos de democracia, se não impõe, muitos e diversos estão já ancestralmente implantados, e não são facilmente aceites as mudanças que se pretendem estabelecer.

A própria Europa, leia-se União Europeia, cometeu idêntico erro aquando do alargamento a Leste, impondo regras que colidiam com as existentes nessas regiões. Importa ter presente que no âmbito do Comércio Global, estamos a viver um período de gestação ainda não terminado.

Os Despachantes Oficiais por força da sua actividade, são os que melhor compreendem, neste aspecto, a evolução da Europa e do Mundo. Eventualmente estamos a regressar às regras iniciais. A Economia sobrepôs-se à Política.

A função das Alfândegas é essencial porque sempre terá cada vez mais a seu cargo, a segurança e a luta contra a fraude fiscal.



Dr. Vitor Ramalho

As Alfândegas e os Despachantes Oficiais, integram-se naquela que se pode apelidar de “cidadania mundial”. Poderá dizer-se que os Despachantes Oficiais Portugueses estão favoravelmente posicionados, considerando, que a Língua Portuguesa é a quinta mais falada no mundo e a sua ligação muito estreita à América Latina, sendo que o Castelhana é a terceira língua mundial. É de prever que estes movimentos e as sucessivas alterações legislativas da União Europeia, irão necessariamente conduzir o Despachante Oficial a um exercício profissional onde a sua predominante, será a vertente de Conselheiro Técnico Aduaneiro e do Comércio Internacional dos Operadores Económicos.

Seguiu-se a intervenção do Dr. Mauro Giffoni, ex-consultor da CONFIAD que, com o apoio de slides, discursou sobre a evolução do Código Aduaneiro, da Comunidade Europeia referindo que, por questões técnicas e outras, os vários textos que pretendiam ser de revisão do primitivo Código Aduaneiro Comunitário, o primeiro deixou de o ser e o segundo ainda não entrou em vigor.

Sumariando, recorda que o Código Aduaneiro Modernizado que pretendia substituir o Código Aduaneiro Comunitário, não chegou a entrar em

vigor, sendo que o texto do previsivelmente novo Código Aduaneiro, o denominado Código Aduaneiro da União, tem a sua entrada em vigor prevista para 2016. Assim, o único Código em vigor é o denominado Código Aduaneiro Comunitário, com as alterações essenciais respeitantes ao Operador Económico Autorizado às Pré-Declarações de Chegada e de Partida.

Importa assim analisar o futuro novo Código que, tendo a preocupação de constituir um todo de simplificação normativa e processual, talvez não o consiga ser.

O Código Aduaneiro da União será constituído ou complementado, pelas Disposições de Aplicação, pelas Provisões de Implementação, pela Uniformização dos Procedimentos Simplificados e pelas Disposições de Aplicação referentes ao período transitório em que vigorarão os vários Regulamentos.



Dr. Mauro Giffoni

Como novidades no Código Aduaneiro da União, importa considerar a Auto Liquidação o Desalfandegamento Centralizado, a Janela Única, a Uniformização da Legislação Penal aplicável às Infracções Aduaneiras, a denominada One-Stop-Shop e o Direito de ser ouvido.

De referir que todo o processo de entrada em vigor do CAU, está relacionado, no essencial, com dificuldades informáticas que impedem a ligação

entre todos os Estados Membros, o que é fundamental para que o mesmo possa funcionar adequadamente.

Por outro lado, questões relacionadas com o IVA (onde se paga, quem recebe e quando recebe), põem em causa o conceito e posta em prática da One-Stop-Shop e até do Desalfandegamento Centralizado.

Esta matéria, pressupõe o acordo de todos os Estados Membros, o que ainda não foi conseguido.

Para concluir, lembro que pela primeira vez num Código Aduaneiro da Comunidade, vem consignada a figura do Representante Aduaneiro, com a correspondente definição e sem alteração de conteúdo funcional, em relação ao Código anterior.

No uso da palavra, o Director Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr. Brigas Afonso, começou por felicitar os Despachantes Oficiais pelos 150 anos de exercício da profissão e manifestar o seu prazer por estar presente nesta Comemoração, até porque a sua formação profissional e pessoal, começou como Ajudante de Despachante Oficial. Lembrou esses tempos, com saudade, não só pelo aliciente da ligação com as várias Entidades envolvidas nessa actividade, o que constituiu uma grande escola. Recorda os grandes desafios que têm sido ultrapassados pelos Funcionários das Alfândegas e pelos Despachantes Oficiais, por força dos sucessivos regimes e das respectivas alterações que têm obrigado a uma adaptação constante, desde a criação da EFTA, à Comunidade Económica Europeia e depois à criação do Mercado Interno, o que foi ultrapassando com êxito, sendo que os Despachantes Oficiais que resistiram a tais modificações, nomeadamente à última, tem que ser saudados.

Agora, apresentam-se novos desafios.

Surgem as Alfândegas Electrónicas e novos conceitos que têm de ser muito ponderados.

Receia que alguns deles possam ter dificuldades em serem aplicados, consideradas as questões que os pressupõe. Lembrou a propósito o Desalfandegamento Centralizado realizado sem que, as Alfândegas tenham a possibilidade de classificar as mercadorias, elemento essencial para o desenvolvimento do desembaraço aduaneiro, as questões relativas ao IVA e aos Impostos Especiais sobre o Consumo quando for o caso.

A Direcção Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira está, no entanto, disponível para racionalizar meios, agilizar procedimentos, desmaterializar documentos, proceder a uma melhor informação, aperfeiçoar ainda mais, o combate à fraude e melhorar os sistemas de segurança e assegurar um melhor tratamento de dados tudo em defesa e em favor da competitividade da economia nacional e consequentemente melhorar os rankings que nesse âmbito vêm sendo atribuídos a Portugal, quer pelo Banco Mundial, quer pela OCDE.



Dr. Brigas Afonso

A nível tributário, não tem dúvidas em afirmar que o sistema de cobrança de impostos é eficiente. Importa no seu entender, prosseguir o esforço que vem sendo feito, no sentido de modificar o paradigma que conduz ao incumprimento de tal obrigação.

Conclusão

O Presidente da CDO, Dr. Fernando Carmo, seguidamente, dirigiu a cada um dos Ilustres Oradores, uma questão, a modo de conclusão das suas intervenções.

1 – Dr. Vitor Ramalho

Pergunta: O acordo de Bali terá eficácia?

Resposta: Existem muitas dúvidas. Há que aguardar pela evolução futura, sendo verdade que o Comércio Internacional não pode continuar nestes termos.

2 – Dr. Mauro Giffoni

Pergunta: Que formação essencial deve possuir o Representante Aduaneiro?

Resposta: A formação deve continuar a basear-se na área aduaneira, mas também na da fiscalidade e do comércio internacional, com permanente atenção à evolução da legislação, uma vez que o Representante Aduaneiro será no futuro e essencialmente, o consultor fundamental dos Operadores Económicos.

3 – Dr. Brigas Afonso

Pergunta: Continuando a tendência do desarmamento pautal, qual o previsível futuro das Alfândegas e dos Despachantes Oficiais e qual a área em que estes devem fazer incidir a sua actividade?

Resposta: O desarmamento pautal irá continuar. Todavia não se poderá esquecer que a Organização Mundial das Alfândegas tem como base a legislação nacional dos seus vários Membros. Admito que o futuro dos Despachantes Oficiais, será essencialmente o de consultores técnicos, na área em que estão inseridos, actividade que aliás, no seu entender, é a mais importante.



Homenagem

A Câmara dos Despachantes Oficiais ofereceu uma lembrança ao Sr. Van de Perre, colaborador há mais de 20 anos do CLECAT, de que a CDO é Membro, e que agora se vai reformar, como reconhecimento pelo trabalho, equilíbrio, sensibilidade e dedicação desenvolvidos.



Dr. Fernando Carmo e Sr. Van de Perre

Encerramento

O Presidente da CDO, agradeceu a colaboração de todos os Presentes, a quem convidou para prosseguir o convívio.







Internacional

CLECAT

O Instituto Aduaneiro e o Instituto de Segurança do CLECAT, promoveram durante o corrente ano, as seguintes reuniões, nas quais estiveram presentes os Colegas que se referem:

- 13.06.2014 – Reunião – Alexandra Vargas e Veiga Pires
- 12.09.2014 – Work Shop – Alexandra Vargas
- 22.10.2014 – Reunião – Veiga Pires
- 05./ 06./ e 07.11.2014, – FFF Freight Forwards Forum
- Alexandra Vargas e Veiga Pires
- 21.11.14 – Reunião – AlexandraVargas

tendo em 07.11.2014, sido realizada a sua Assembleia Geral.

Para além da diversidade de temas discutidos em tais reuniões, nas diversas áreas que abrangem as preocupações dos seus membros, podem relevar-se os seguintes:

- Disposições de Aplicação do UCC
- Infracções aduaneiras
- Estatuto Comunitário das mercadorias
- Standard de Competência
- Valor Aduaneiro
- Origens não preferenciais

CONFIAD

Reuniões:

- 07.06.2014 – Alexandra Vargas e Veiga Pires
- 28.11.2014 – Alexandra Vargas

tendo nesta última data, sido realizado a sua Assembleia Geral.

A CONFIAD vem realizando várias reuniões informais, por altura das reuniões do CLECAT, sendo de destacar a uniformidade dos temas tratados, ainda que de um ponto de vista mais específico dos representantes aduaneiros.

CEN (Comité Européu de Normalização) – Standard de Competências

Reuniões:

- 28.03.2014 – Formação Técnica de Normalização/IPQ
- 22.04 e 23.04.2014 – Inicio das Reuniões CEN – Alexanrdra Vargas e Mario Matos Oliveira
- 01.07.2014 – Análise dos documentos das reuniões do CEN.
- 28.07.2014 – Continuação da análise anterior e marcação da agenda.
- 30.09.2014 – Análise do 2.º draft do Editing Committee

Continuam a discutir-se os “Standards de Competência” dos Representantes Aduaneiros.

Recebidos os comentários dos Países que nele demonstraram a disposição de participar, foram os mesmos analisados e decidido nomear um “Editing Comitee”, para fazer uma síntese de tais comentários a qual será apreciada e discutida em próxima reunião da AFNOR.

A CDO, integrada na representação do Instituto Português da Qualidade, tem sido representada pela Colega Dra. Alexandra Vargas.

Uma Mulher Despachante num mundo de homens.

Convidaram-me para dar a minha opinião sobre a nova tarefa, para a qual fui solicitada, e que é a de ser representante internacional da CDO, junto dos organismos internacionais, nomeadamente a Confiad, o Clecat, e a AFNOR/CEN.

Foi com muito gosto que aceitei este novo desafio, não remunerado, é preciso salientar, pois gosto de desafios novos, de contacto com as pessoas, de conhecer outros países, outras culturas, outras gentes o que só me enriquece pessoalmente. Aceitei este desafio também e fundamentalmente, para poder dar o contributo da parte de Portugal, em questões relacionadas com a profissão.

Poderão porventura, os menos avisados, considerarem que é uma sorte enorme, desempenhar estas funções, porque se viaja muito, porque se está sempre em férias, e que no fundo não se faz coisa nenhuma, a não ser ir a reuniões, dormir em hotéis e viajar de avião, enfim é tudo boa vida.

Esquece-se que para se participar nestas reuniões, tem de se fazer trabalho de casa. Recebe-se por norma muita informação antes das reuniões, que tem de ser estudada e trabalhada, para depois poder ser discutida. É preciso realçar que na totalidade dos casos, vamos discutir assuntos que têm em vista o futuro da actividade aduaneira e de outros aspectos relacionados com a nossa profissão, temas estes dos quais, por vezes, mal se conhecem os contornos e o alcance. Normalmente as reuniões começam às 9.00 h da manhã, 30



Dra. Alexandra Trovisco Aires
Despachante Oficial

ou 45 min de intervalo para almoço (sanduíches invariavelmente) e acabam às 17 horas.

Nestas reuniões estão presentes diversos parceiros representantes de quase todas ou mesmo de todas as associações congéneres dos países membros da união europeia, sendo que a linguagem utilizada é o inglês. Nada impede que se falem outras línguas, tal como o francês, o espanhol, o alemão. É de facto uma mais-valia saber falar estas línguas todas, é enriquecedor e ajuda a ginastizar o “neurónio”.

No final das reuniões, começa normalmente o “corre-corre” para a estação, para podermos chegar tempo ao aeroporto e apanhar o voo de regresso a casa. Na maioria das vezes, é no avião que se começam a delinear as primeiras linhas

do relatório que se tem de apresentar à CDO, para que todos saibam dos assuntos tratados.


Se bem que a maioria das pessoas goste deste meio de transporte, há aquele grupo de pessoas, no qual eu me incluo, que tem pavor de andar de avião. E aqui meus caros colegas, como facilmente imaginarão, é tudo menos rosas.

Não há bela sem senão... lá dizia o velho ditado, mas mesmo com todo o medo que vai e vem comigo, não deixo que me tire o prazer de conhecer outras gentes, outras culturas, de discutir assuntos importantes para todos nós, e de representar o meu País e a CDO.




Juntos, garantimos aos despachantes
o acesso aos melhores cuidados de saúde.
De fonte segura.

Mediação de seguros | Gestão de risco
www.visavis.pt



ALFREDO B. FONSECA
DESPACHANTE OFICIAL, LDA

ALFREDO BARBOSA DA FONSECA - AEO - PTAE020110031908
PEDRO ANTONIO MONTEIRO DA FONSECA - AEO - PTAE02014000909



Rua de Pedro Rubens, 123 - 4470-839 - Alentejo, Alentejo - Portugal
Telf: 351 22 94204010 Fax: 351 22 94204011 E-mail: geral@alfonseca.com
Registado no Conservatório do Registo Comercial do Porto Nº 28.991
Contribuinte - Nº 801.818.134
Brevetado por PME Lider 2012

MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
DESPACHANTES OFICIAIS, LDA.

ESPECIALISTAS ADUANEIROS DESDE
CUSTOMS BROKERS SINCE
1969

Estrada Nacional 107, N.º 4142, Selo 108 - Freixo - 4455-481 Perfeito - Portugal
Telefone: +351 229 959 486 - Telemóvel: +351 936 051 810
Email: santos.pereira@despachante.cdo.pt

Infrações Aduaneiras

Aprovaram A Presente Directiva:

Artigo 1

Objecto e âmbito

1. A presente directiva estabelece um quadro sobre as infracções à legislação aduaneira da União e prevê sanções para as infracções.
 2. A presente directiva aplica-se à violação das obrigações previstas no Regulamento (UE) no 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Outubro de 2013, que estabelece o Código Aduaneiro da União (a seguir designado por “Código”) e de obrigações idênticas previstas em outras partes da legislação aduaneira da União, tal como definido no artigo 5.º (2) do Código.
- (b) falta da pessoa que apresentou uma declaração aduaneira, a declaração do armazenamento temporário, declaração sumária de entrada, a declaração sumária de saída, declaração de reexportação ou notificação de reexportação para garantir a autenticidade, exatidão e validade de qualquer documento de apoio nos termos do artigo 15 (2) (b) do Código;
- c) falta da pessoa de apresentação de uma declaração sumária de entrada em conformidade com o artigo 127 do Código, uma notificação de chegada de um navio de mar ou de uma aeronave em conformidade com o artigo 133 do Código, uma declaração de armazenamento temporário, nos termos com o artigo 145 do código, a declaração aduaneira em conformidade com o artigo 158 do Código, uma notificação de atividades nas zonas francas nos termos do artigo 244 (2) do Código, uma declaração prévia de
- (d) falta de um operador económico para manter os documentos e informações relacionadas com o cumprimento das formalidades aduaneiras, por qualquer meio acessíveis para o período de tempo exigido pela legislação aduaneira em conformidade com o artigo 51 do Código;

Artigo 2

Infrações e sanções aduaneiras

Os Estados-Membros devem estabelecer regras sobre as sanções em relação às infracções aduaneiras previstas nos artigos 3-6.

Artigo 3

Específicas responsabilidades das infracções aduaneiras

Os Estados-Membros devem assegurar que os seguintes actos ou omissões constituem infracções aduaneiras, independentemente de qualquer elemento de culpa:

- (a) A falta da pessoa que apresentou uma declaração aduaneira, a declaração do armazenamento temporário, declaração sumária de entrada, a declaração sumária de saída,

- (e) a remoção de mercadorias introduzidas no território aduaneiro da União sob fiscalização aduaneira, sem a autorização das autoridades aduaneiras, ao contrário do primeiro e segundo parágrafos do artigo 134 (1) do Código;
- (f) subtração da mercadoria à fiscalização aduaneira, contrária ao quarto parágrafo do artigo 134 (1) e os artigos 158 (3) e 242 do Código;
- (g) falta de uma pessoa introduzindo mercadorias no território aduaneiro da União para cumprir com as obrigações relativas ao transporte das mercadorias em local apropriado, de acordo com o Artigo 135 (1) do Código, ou para informar as autoridades aduaneiras aquando as obrigações não podem ser cumpridos, de acordo com o artigo 137 (1) e (2) do Código;
- (h) falta de uma pessoa trazendo mercadorias para uma zona franca, onde a zona franca contígua à fronteira terrestre entre um Estado-Membro e um país terceiro, para trazer essas mercadorias diretamente para essa zona livre sem passagem por outra parte do território aduaneiro da União nos termos do artigo 135 (2) do Código;
- (i) falha do declarante para o armazenamento temporário ou para um regime aduaneiro para fornecer documentos às autoridades aduaneiras quando a legislação da União assim o exigir ou onde necessário, para os controlos aduaneiros nos termos do artigo 145 (2) e no artigo 163 (2) do Código;
- (j) a falha do operador económico responsável por bens não comunitários que estão em armazenamento temporário para colocar as mercadorias a um regime aduaneiro ou para reexportá-los dentro do prazo, de acordo com o artigo 149 do Código;
- (k) A FALTA do declarante para um regime aduaneiro de ter na sua posse e à disposição das autoridades aduaneiras, no momento em que a declaração aduaneira ou uma declaração complementar é apresentada, os documentos comprovativos necessários para a aplicação do procedimento em questão nos termos do artigo 163 (1) e no segundo parágrafo do artigo 167 (1) do Código;
- (l) A falta do declarante para um regime aduaneiro, no caso de uma declaração simplificada, nos termos do artigo 166 do Código ou de uma entrada em registos do declarante nos termos do artigo 182 do Código, de apresentar uma declaração complementar no competente estância aduaneira e dentro do prazo determinado, de acordo com o artigo 167 (1) do Código;
- (m) a remoção ou destruição de meios de identificação apostos pelas autoridades aduaneiras em mercadorias, embalagem ou meios de transporte, sem prévia autorização concedida pelas autoridades aduaneiras, em conformidade com o artigo 192 (2) do Código;
- (n) a falta do titular do regime de aperfeiçoamento ativo para descarregar um regime aduaneiro dentro do prazo estabelecido nos termos do artigo 257 do Código;
- (o) falta do titular do regime de aperfeiçoamento passivo para exportar as mercadorias defeituosas no prazo de acordo com o artigo 262 do Código;
- (p) a construção de um edifício em uma zona franca sem a aprovação das autoridades aduaneiras, em conformidade com o artigo 244 (1) do Código;
- (q) não pagamento de direitos de importação ou de exportação pelo devedor no prazo fixado nos termos do artigo 108 do Código.

Artigo 4

Infrações aduaneiras cometidas por negligência

Os Estados-Membros devem assegurar que os seguintes actos ou omissões constituem infracções aduaneiras quando cometidas por negligência:

- (a) a falta do operador económico responsável por bens não comunitários que estão em armazenamento temporário para colocar as mercadorias num regime aduaneiro ou para re-exportá-los dentro do prazo, de acordo com o artigo 149 do Código;
- (b) falta do operador económico em fornecer às autoridades aduaneiras toda a assistência necessária para o cumprimento das formalidades aduaneiras ou controles em conformidade com o artigo 15 (1) do Código;
- (c) falta do titular de uma decisão relativa à aplicação da legislação aduaneira para cumprimento das obrigações decorrentes desta decisão nos termos do artigo 23 (1) do Código;
- (d) falta do titular de uma decisão relativa à aplicação da legislação aduaneira para informar as autoridades aduaneiras, sem demora, todos os acontecimentos ocorridos após a decisão foi tomada por essas autoridades que influencia na sua manutenção ou conteúdo de acordo com o artigo 23 (2) do Código;
- (e) falha do operador económico em apresentar as mercadorias introduzidas no território aduaneiro da União às autoridades aduaneiras, em conformidade com o artigo 139 do Código;
- (f) falha do titular do regime de trânsito da União para apresentar as mercadorias intactas na estância aduaneira de destino, dentro do prazo estabelecido nos termos do artigo 233 (1) (a) do Código;
- (g) a falta do operador económico em apresentar as mercadorias introduzidas numa zona franca na alfândega, em conformidade com o artigo 245 do Código;
- (h) a falha do operador económico em apresentar os bens a serem levadas para fora do território aduaneiro da União á alfândega de saída de acordo com o artigo 267 (2) do Código;
- (i) descarga ou transbordo de mercadorias do meio de transporte onde estão carregados, sem autorização concedida pelas autoridades aduaneiras ou em lugares não designados ou autorizados por essas autoridades, em conformidade com o artigo 140 do Código;
- (j) armazenagem de mercadorias em armazéns ou entrepostos aduaneiros temporário sem autorização concedida pelas autoridades aduaneiras, em conformidade com os artigos 147 e 148;
- (k) falha do titular da autorização ou o titular do regime em cumprir das obrigações decorrentes da armazenagem de mercadorias abrangidas pelo regime de entreposto aduaneiro, em conformidade com os pontos (a) e (b) do artigo 242 (1) do Código.

Artigo 5

Infrações aduaneiras cometidas intencionalmente

Os Estados-Membros devem assegurar que os seguintes actos ou omissões constituem infracções aduaneiras quando cometidos intencionalmente:

- (a) fornecer às autoridades aduaneiras com informações falsas ou documentos exigidos por essas autoridades, de acordo com os artigos 15 e 163 do Código;
- (b) o uso de falsas declarações ou de qualquer outro meio irregular por um operador eco-

nómico, a fim de obter uma autorização das autoridades aduaneiras:

- (i) tornar-se um operador económico autorizado em conformidade com o artigo 38 do Código,
 - (ii) a fazer uso de uma declaração simplificada, nos termos do artigo 166 do Código,
 - (iii) a fazer uso de outras simplificações aduaneiras, em conformidade com os artigos 177, 179, 182, 185 do Código,
 - (iv) a colocar as mercadorias no âmbito dos procedimentos especiais nos termos do artigo 211 do Código;
- (c) introdução ou saída de mercadorias de ou para o território aduaneiro da União, sem apresentá-las às autoridades aduaneiras, em conformidade com os artigos 139, 245, ou do artigo 267 (2) do Código
- (d) falha do titular de uma decisão relativa à aplicação da legislação aduaneira para cumprimento das obrigações decorrentes desta decisão nos termos do artigo 23 (1) do Código;
- (e) falha do titular de uma decisão relativa à aplicação da legislação aduaneira para informar as autoridades aduaneiras, sem demora, todos os acontecimentos ocorridos após a decisão tomada por essas autoridades que influencia na sua manutenção ou conteúdo de acordo com o artigo 23 (2) do Código;
- (f) transformação de mercadorias em entreposto aduaneiro sem uma autorização concedida pelas autoridades aduaneiras, em conformidade com o artigo 241 do Código;
- (g) que adquirir ou detiver bens envolvidos em uma das infracções aduaneiras estabelecidas no ponto (f) do artigo 4.º e no ponto (c) do presente artigo.

Artigo 6

Instigação, auxílio, cumplicidade e tentativa

1. Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que a instigação e a cumplicidade um ato ou omissão previsto no artigo 5 é uma infracção aduaneira.
2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que uma tentativa de cometer um ato ou omissão referidos nas alíneas (b) ou (c) do artigo 5 é uma infracção aduaneira.

Artigo 7

Erro por parte das autoridades aduaneiras

Os actos ou omissões referidas nos artigos 3 a 6 não constituem infracções aduaneiras quando ocorrem como resultado de um erro por parte das autoridades aduaneiras.

Artigo 8

Responsabilidade das pessoas coletivas

- 1 Os Estados-Membros devem assegurar que as pessoas colectivas são consideradas responsáveis pelas infracções aduaneiras cometidas em seu benefício por qualquer pessoa, agindo individualmente ou como membro de um órgão da pessoa colectiva, e tenham uma posição de liderança dentro da pessoa colectiva, com base em qualquer do seguinte:
 - (a) um poder de representação da pessoa jurídica;
 - (b) Autoridade para tomar decisões em nome da pessoa jurídica;
 - (c) Autoridade para exercer controlo dentro da pessoa colectiva.
- 2 Os Estados-Membros devem também assegurar que as pessoas colectivas consideradas responsáveis sempre que a falta de supervisão ou controlo por parte de uma pessoa referi-

da no n.º 1 tenha tornado possível a prática de uma infracção aduaneira para o benefício dessa pessoa colectiva, por uma pessoa sob a autoridade da pessoa referida no parágrafo 1.

3. A responsabilidade de uma pessoa colectiva nos termos dos n.ºs 1 e 2 aplicam-se sem prejuízo da responsabilidade das pessoas singulares que tenham cometido a infracção aduaneira.

Artigo 9

Sanções para as infracções aduaneiras referidas no artigo 3

Os Estados-Membros devem assegurar que as sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas são impostas pelas infracções aduaneiras referidas no artigo 3 dentro dos seguintes limites:

- (a) Quando a infracção aduaneira esteja relacionada a uma determinada mercadoria, uma multa pecuniária de 1% até 5% do valor das mercadorias;
- (b) Se a violação aduaneira não está relacionado a uma determinada mercadoria, uma multa pecuniária de 150 euros até 7.500 euros.

Artigo 10

Sanções por infracções aduaneiras referidas no artigo 4

Os Estados-Membros devem assegurar que as sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas são impostas pelas infracções aduaneiras referidas no artigo 4 dentro dos seguintes limites:

- (a) Quando a infracção aduaneira esteja relacionada a uma determinada mercadoria, uma multa pecuniária de até 15% do valor das mercadorias;
- (b) Se a violação aduaneira não está relacionado a uma determinada mercadoria, a multa pecuniária até 22.500 euros.

Artigo 11

Sanções por infracções aduaneiras referidas no artigo 5 e 6

Os Estados-Membros devem assegurar que as sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas são impostas pelas infracções aduaneiras previstas nos artigos 5 e 6 dentro dos seguintes limites:

- (a) em que a infracção aduaneira esteja relacionada a uma determinada mercadoria, uma multa pecuniária de até 30% do valor das mercadorias;
- (b) se a violação aduaneira não está relacionado a uma determinada mercadoria, a multa pecuniária até 45.000 euros.

Artigo 12

A aplicação efectiva de sanções e exercício de poderes para impor sanções por parte das autoridades competentes

Os Estados-Membros devem assegurar que, ao determinar o tipo e o nível das sanções para as infracções aduaneiras previstas nos artigos 3 a 6, as autoridades competentes devem ter em conta todas as circunstâncias relevantes, incluindo, se for o caso:

- (a) a gravidade e a duração da infracção;
- (b) o fato de que a pessoa responsável pela infracção é um operador económico autorizado;
- (c) o montante dos direitos de importação ou exportação contornadas;
- (d) o fato de que os produtos em causa estão sujeitos às proibições ou restrições previstas no segundo parágrafo do artigo 134 (1) do Código e no artigo 267 (3) (e) do Código ou constitua risco para a segurança pública.
- (e) o nível de cooperação do responsável pela infracção com a autoridade competente;
- (f) infracções anteriores pela pessoa responsável pela infracção.

Artigo 13

Limitação

1. Os Estados-Membros devem garantir que o prazo de prescrição do procedimento em matéria de uma infração aduaneira referida nos artigos 3-6 é de quatro anos e começa a correr no dia em que a infração foi cometida.
2. Os Estados-Membros devem assegurar que, no caso de infrações aduaneiras continuadas ou repetidas, o prazo de prescrição começa a correr no dia em que o ato ou omissão que constitua a infração tiver cessado.
3. Estados-Membros devem assegurar que o prazo de prescrição é interrompida por qualquer ato da autoridade competente, notificada à pessoa em questão, relativa a uma investigação ou processo judicial sobre a mesma infração aduaneira. O prazo de prescrição começa a correr a partir do dia da interrupção.
4. Os Estados-Membros devem assegurar que o início ou a continuação de quaisquer processos relativos a uma infração aduaneira referida nos artigos 3-6 é impedida após o termo de um período de oito anos a partir da data referida no n.º 1 ou 2.
5. Os Estados-Membros devem garantir que o prazo de prescrição para a execução de uma decisão de aplicação de uma sanção é de três anos. Esse prazo começa a correr no dia em que essa decisão se torne definitiva.
6. Estados-Membros devem estabelecer os casos em que os prazos de prescrição previstos nos n.ºs 1, 4 e 5 estão suspensos.

Artigo 14

Suspensão do processo

1. Os Estados-Membros devem assegurar que os processos administrativos relativos a uma infração aduaneira referida nos artigos 3 a 6 são suspensas quando o processo criminal foi

instaurado contra a mesma pessoa em conexão com os mesmos factos.

2. Os Estados-Membros devem garantir que os processos administrativos suspensos relativos a uma infração aduaneira referida nos artigos 3 a 6 são arquivados quando os processos penais referidas no parágrafo 1 foram finalmente extintos. Em outros casos, os processos administrativos suspensos relativos a infração aduaneira referida nos artigos 03-06 maio ser retomado.

Artigo 15

Jurisdição

1. Os Estados-Membros devem assegurar o exercício jurisdicional sobre as infrações previstas nos artigos 3-6, em conformidade com qualquer um dos seguintes critérios:
 - (a) a infração aduaneira cometidas no todo ou em parte no território desse Estado-Membro ;
 - (b) a pessoa que comete a infração aduaneira é um nacional desse Estado-Membro;
 - (c) os bens relacionados com a infração aduaneira estão presentes no território desse Estado-Membro.
2. Os Estados-Membros devem assegurar que, no caso em que mais de um Estado-Membro reivindica jurisdição sobre a mesma infração aduaneira, o Estado-Membro em que o processo penal estiver pendente contra a mesma pessoa em conexão com os mesmos fatos exerce jurisdição. Onde jurisdição não pode ser determinada nos termos do primeiro parágrafo, os Estados-Membros devem assegurar que o Estado-Membro cuja autoridade competente primeiro inicia o processo relativo à violação de costumes contra a mesma pessoa em conexão com os mesmos fatos exerce jurisdição.

Artigo 16

Cooperação entre os Estados-Membros

Os Estados-Membros devem cooperar e trocar informações necessárias ao processo relativo a uma ação ou omissão que constitua uma infração aduaneira referida nos artigos 3-6, em particular no caso de mais de um Estado-Membro tenha iniciado um processo contra a mesma pessoa em conexão com os mesmos fatos.

Artigo 17

Apreensão

Os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades competentes têm a possibilidade de confiscar temporariamente quaisquer bens, meios de transporte e qualquer outro instrumento utilizado para cometer as infrações aduaneiras previstas nos artigos 3-6.

Artigo 18

Relatórios pela Comissão e revisão

A Comissão, deverá submeter até [01 de maio de 2019], um relatório sobre a aplicação da presente directiva ao Parlamento Europeu e ao Conselho, avaliando até que ponto os Estados-Membros tomaram as medidas necessárias para dar cumprimento à presente directiva.

Artigo 19

Transposição

1. Os Estados-membros porão em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva até [1 de maio de 2017], o mais tardar. Devem comunicar imediatamente à Comissão o texto dessas disposições. Quando os Estados-Membros adotarem essas disposições, estas devem incluir uma referência à presente directiva ou ser acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação

oficial. Os Estados-membros determinarão as modalidades dessa referência.

2. Estados-Membros devem comunicar à Comissão o texto das principais disposições de direito interno que adotarem nas matérias reguladas pela presente directiva.

Artigo 20

Entrada em vigor

A presente directiva entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 21

Destinatários

Os destinatários da presente directiva são os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas,

Pelo Parlamento Europeu,
O Presidente

Pelo Conselho
O Presidente

NOTA: COM(2013/884 final/4.Directiva elaborada pela Comissão e que irá ser apresentada ao Parlamento Europeu e ao Conselho para aprovação final

Listagem dos Despachantes Oficiais

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA
ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA
ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA
ADELINO INFANTE GOUVEIA
ADÉRITO NUNES MONTEIRO
ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE
ADRIANO GOMES PINHAL
AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO
ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL
ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES
ALBERTO AUGUSTO DA COSTA
ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO
ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELLO DE CASTRO
ALBERTO JOSÉ VIEIRA
ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS
ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO
ALFREDO BARBOSA DA FONSECA
ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO
ALFREDO DOS SANTOS MELLA
ALFREDO SOARES FERREIRA
ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE
ALVARO FERNANDES CASTELA
ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS
ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS
AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO
AMÉLIA MARIA DOS SANTOS LADEIRAS BELEZA DE VASCONCELOS
AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO
ANDRÉ FILIPE SALVADOR DE SOUSA
ANGELO ROSA PIRES
ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA
ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO
ANTÓNIO ABEL CORUJEIRA
ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA
ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO
ANTÓNIO BRAGA BARROS
ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL
ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL
ANTÓNIO COELHO BARBOSA
ANTONIO DIOGO CAVACO
ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA
ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA
ANTONIO FERNANDES
ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU
ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO
ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO
ANTÓNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE
ANTÓNIO GIL TADEU
ANTÓNIO JOAO FLORINDO CADETE
ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO
ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES
ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA
ANTÓNIO JOAQUIM NEVES MATIAS
ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA
ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES
ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA

ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO
ANTÓNIO JOSÉ GOMES DA SILVA DUARTE
ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO
ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA
ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS
ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS
ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES
ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO
ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES
ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS
ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA
ANTÓNIO MENDES DUARTE
ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO
ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO
ANTÓNIO MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES FERNANDES
ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS
ANTONIO MORGADO MACEDO
ANTÓNIO NEVES PINTO
ANTÓNIO OLIVEIRA RIBEIRO
ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE
ANTONIO PEREIRA LOPES
ANTÓNIO DA ROCHA TEIXEIRA
ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES
ANTONIO ROSA DOS SANTOS
ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA
ANTÓNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO
ANTÓNIO DA SILVA PRATES
ANTÓNIO SIMÕES GODINHO
ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA
ANTONIO DA VEIGA FREIRE
ARLINDO ANTONIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
ARLINDO NUNES CASTELÃO
ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA
ARMANDO DA SILVA AMARAL
ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA
ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA
ARMINDO CORREIA LEITE
ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA
ARTUR MARQUES RODRIGUES
ATILIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA
AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA
AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO
AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA
BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO
BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA
BELARMINO FERNANDES JOAQUIM
BENJAMIM VALENTE
BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS
BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH
BERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA
CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA
CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA
CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS
CARLOS ALBERTO BAPTISTA MARTINHO
CARLOS ALBERTO DA COSTA MARQUES
CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO

CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS
CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA
CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES
CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES
CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS
CARLOS ANTÓNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO
CARLOS CIPRIANO DA COSTA
CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA
CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES
CARLOS LUIS PEREIRA
CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA
CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES
CARLOS MANUEL DAMAS PELADO
CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS
CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS
CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO
CARLOS MANUEL ROSA CARDOSO DIAS
CARLOS PEREIRA DA SILVA
CARLOS ROBERTO DE VILHENA DE OLIVEIRA DE ANDRADE BOTELHO
CELESTINO PEDRO RAMOS
CESÁRIO GUILHERME FERREIRA
CLAUDEMIRO DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA
CLÁUDIA SOFIA OLIVEIRA MARQUES
DANIEL COSTA RODRIGUES
DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO
DANIEL DA SILVA BASTOS
DAVID MANUEL DE ABREU
DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO
DELFIN LEITE DA COSTA OLIVEIRA
DELFIN MANUEL DA COSTA OLIVEIRA
DIOGO ALBERTO CASAIS FERNANDES MAGALHÃES
DOMINGOS ANTÓNIO NEVES PINTO
DOMINGOS MONTEIRO XAVIER
DUARTE VELADA ROSADO
EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS
EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO
EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA
EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO
EDUARDO DA SILVA RANGEL
ELEUTERIO DA CRUZ SERRANO
ELISIO NOGUEIRA CARDOSO
EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA
EMILIO MANUEL DA SILVA CORRÊA
ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RELVAS
EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES
FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA
FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES
FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES
FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA
FERNANDO ANTÓNIO AMARO DOS SANTOS
FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA
FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES

FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO
FERNANDO CARLOS DOMINGUES DA CERVEIRA
PINTO
FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
FERNANDO DIAS MOREIRA
FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA
FERNANDO DA ENCARNAÇÃO CARRILHO
FERNANDO EUGENIO DE ABREU
FERNANDO GONÇALVES DIAS
FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA
PINTO
FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO
FERNANDO LOPES ROSA
FERNANDO MANUEL DO CARMO
FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA
FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA
FERNANDO MANUEL SILVA CERQUEIRA
FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA
CANASTRO
FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS
CLAUDINO
FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO
FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
FERNANDO DO REGO DE AMORIM
FERNANDO SÉRGIO SILVA REIS CARMO
FERNANDO VENTURA LAGE
FRANCISCO ANTÓNIO VAZ RATO VIDINHA
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS
FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA TAVARES DE
SENA
GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO
GRAÇA MARIA NASCIMENTO VILHENA
GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO
GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA
HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO
HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA
HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA
HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO
HERCULANO JOSÉ POMBINHO
HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO
HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO
HILÁRIO RODRIGUES PACHECO
HUMBERTO FERNANDO VALADAS PIRES MORÃO
HUMBERTO HILARIO PINTO
HUMBERTO RESENDES DE MELO
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
ÍLIA DE FIGUEIREDO GOMES
IVO CANDEIAS ANICETO
IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA BRANCO
VASCO
JACINTO CABRAL TRAVASSOS
JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA
JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES
JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA
JOAO ANTONIO DE SOUSA
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA
JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES
JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA
JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES
JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA
JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES
JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO

JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA
JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA
JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS
JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
JOAO LUCIO DA COSTA LOPES
JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA
JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES
JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM
JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU
JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER
JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO
JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES
JOAO MANUEL PIRES
JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO
JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA
JOAO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS
JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS
JOAO MENDONÇA CORREIA
JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA
JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA
JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA
JOAQUIM ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS
JOAQUIM ANTÓNIO NUNES REBORDÃO
JOAQUIM DE BRITO MENDES
JOAQUIM CARDOSO CORREIA
JOAQUIM FERNANDES DE ABREU
JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO
JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ
JOAQUIM MARIA DA COSTA
JOAQUIM MARQUES
JOAQUIM MIGUEL ALMEIDA COSTA
JOEL PENEDO MARQUES DUARTE
JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE
OLIVEIRA
JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO
JORGE LEAL REBELO VIEIRA
JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA
JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA
JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO
JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO
JORGE MARTINS DIONISIO
JORGE MOREIRA RAPOSO
JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE
JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA
JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO
JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIVINHO
JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS
JOSÉ ANTÓNIO SOARES ARRUDA
JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES
JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA
JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO
JOSE BARROS DA ROCHA
JOSE CARLOS CARRILHO PINTO
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA LEITÃO
JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE
JOSE EDUARDO LEAL MOITA
JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS
JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES
JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA
JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS
JOSE DA FONTE E CASTRO
JOSÉ GATO DOS SANTOS
JOSÉ DA GRAÇA CARRILHO MATOS
JOSE HENRIQUES DOS SANTOS
JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR
JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES
JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA

JOSE JOAO BRAS MATIAS
JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE
JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA
JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA
JOSE LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEMOS
JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS
JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS
JOSE MACHADO DA SILVA
JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES
JOSE MANUEL BAPTISTA TECEDERO
JOSE MANUEL DINIZ MARIA
JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA
JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO
JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO
JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS
JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO
JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS
JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS
JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO
JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO
JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS
JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO
JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO
JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA
JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA
JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO
JOSE RAMOS MARTINS
JOSE RIBEIRO ALVES
JOSE DA ROCHA MONTEIRO
JOSÉ SANTOS FERREIRA
JOSÉ DA SILVA DEVEZAS
JOSÉ DA SILVA NUNES
JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA
JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA
JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA
JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO
LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS
LUDGERO AGOSTINHO LUIS
LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA
LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO
LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA
LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA
LUIS AUGUSTO DUARTE
LUIS DE DEUS
LUÍS DUARTE DOS SANTOS RAFAEL NUNES
LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES
LUÍS FÉLPE ROCHA RODRIGUES
LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES
LUÍS JORGE XAVIER RIJO
LUIS MANUEL JESUS DA COSTA
LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS
LUÍS MATEUS CANHOTO ANDRADE
LUIS ORNELAS GLÓRIA
LUÍS PEDRO DOS SANTOS LADEIRAS
LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA
MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL
MANUEL ALVES SIMOES
MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS
MANUEL ANTONIO LADEIRAS
MANUEL ANTUNES DO AMARAL
MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO
MANUEL DUARTE MEIRELES BELEZA DE ANDRADE
MANUEL FELISBERTO DA ENCARNAÇÃO
MANUEL FERNANDES TAVARES
MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
MANUEL FERNANDO LOPES
MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO
MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS
MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE

MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA
 MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA
 MANUEL LIMA MONTEIRO
 MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA
 MANUEL MARQUES DE SOUSA
 MANUEL MONTEIRO DA SILVA
 MANUEL MOREIRA PINTO
 MANUEL OLÍMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS
 MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES
 MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA
 MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
 MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA
 MARIA ALEXANDRA DOS SANTOS TROVISCO
 AIRES VARGAS
 MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO
 MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA
 CARACOL
 MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
 MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA
 MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA
 MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES
 MARIO NUNES MENDES
 MARIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO
 MARIO DE SOUSA GONÇALVES
 MÁRIO VILHENA DE CARVALHO BEIRÃO VIEIRA
 NELSON AUGUSTO LOPES BATALHA
 NELSON OSCAR DE SOUSA PINTO
 NORBERTO DIAS DOS SANTOS
 NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
 NUNO ALEXANDRE DA SILVA NOGUEIRA
 NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES
 NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
 NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES
 ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
 ORLANDO ESPÍRITO SANTO ALVARES
 ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
 ÓSCAR CARNEIRO JALES
 PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA LOPES
 SANTOS VICENTE
 PAULO JORGE DUARTE CORREIA
 PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA
 PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
 PAULO JORGE MENDES PIRES
 PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
 PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
 PEDRO ANTÓNIO MONTEIRO DA FONSECA
 PEDRO AUGUSTO ANTUNES SILVA
 PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
 PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAR AMARAL
 REINALDO LUCAS DE CARVALHO
 RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS PEIXOTO
 GUIMARAES
 RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO
 RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIACÃO
 RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA
 RUI HELDER DA COSTA SANTOS
 RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
 RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
 RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
 RUI MENDES FERREIRA
 RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
 RUI SOARES FERNANDES
 SALVADOR MARTINS FERREIRA
 SANDRA ISABEL FERREIRA LOPES
 SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE QUEIRÓS
 SÉRGIO ALEXANDRE FERNANDES BORGES

SÓNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEREIRO LATAS
 TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
 TERESA DIAS VIDINHA
 VALDEMAR LUIS DA COSTA
 VASCO DE ALMEIDA
 VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
 VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
 VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
 ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
 ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

NOVOS DESPACHANTES

FERNANDO MANUEL SILVA CERQUEIRA
 MÁRIO VILHENA DE CARVALHO BEIRÃO VIEIRA
 HUMBERTO FERNANDO VALADAS PIRES MORÃO
 NUNO ALEXANDRE DA SILVA NOGUEIRA
 AMÉLIA MARIA SOARES SIMÕES

CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

JOAQUIM GALEGO BRANCO ALAS

SUSPENSÃO VOLUNTÁRIA DE ACTIVIDADE

AMÉLIA MARIA SOARES SIMÕES

DESPACHANTES FALECIDOS

10 – MÁRIO AUGUSTO NETO BARROCA
 D.N. – 23.09.1930
 D.F. – 01.04.2014

15 – JOAQUIM ROSA GONÇALVES
 D.N. – 07.02.1926
 D.F. – 10.07.2014

21 – ARMANDO RIBEIRO DE ANDRADE
 D.N. – 20.07.1921
 D.F. – 10.09.2014

58 – JOSÉ JOÃO RODRIGUES CENTENO
 D.N. – 28.05.1934
 D.F. – 24.01.2014

77 – FERNANDO JOSÉ PINTO COELHO
 D.N. – 15.06.1931
 D.F. – 16.02.2014

94 – JAIME SIMÃO CARNEIRO
 D.N. – 09.02.1928
 D.F. – 08.01.2014

195 – RUI ALBERTO DA SILVA SIMÕES
 D.N. – 07.05.1929
 D.F. – 15.05.2014

218 – ALBERTO FARINHA RODRIGUES
 DN – 07.06.1943
 DF – 31.08.2014

244 – JOSÉ LUÍS PINHO FERREIRA
 D.N. – 29.01.1947
 D.F. – 11.04.2014

266 – JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES GOMES
 D.N. – 08.07.1933
 D.F. – 02.08.2014

292 – JOÃO PAULO SALGADO FERNANDES LOPES
 DN – 26.06.1953
 DF – 10.01.2014

417 – ÓSCAR FERNANDO VALENTE VELUDO
 D.N. – 06.06.1933
 D.F. – 09.03.2014

469 – JOSÉ FILIPE ROBALO
 D.N. – 01.10.1940
 D.F. – 27.02.2014

14 – FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO
 D.N. – 23.03.1920
 D.F. – 27.11.2014

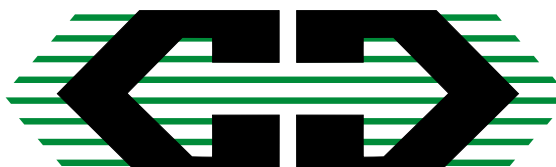
RECORDATÓRIO

Naturalmente que não podemos deixar de recordar com profunda saudade, todos os Colegas que faleceram durante o corrente ano, pela estima, consideração e respeito que nos mereceram e continuam a merecer.

Lembramos também, os Colegas Mário Augusto Neto Barroca e José Luís Pinho Ferreira que exerceram durante vários mandatos como Membros dos Órgãos sociais da CDO e o Dr. Mário Matos Oliveira que faleceu no período em que exercia o cargo de Director Executivo.

Que todos descansem em paz

O CONSELHO DIRETIVO



**CÂMARA
 DOS DESPACHANTES
 OFICIAIS**

Refletindo...

Passada a euforia das Comemorações dos 150 anos da institucionalização da profissão de Despachante Oficial, aproxima-se outra comemoração de não menos importância.

Na verdade, no próximo ano de 2015, cumpre-se o 70º Aniversário da criação legal da Câmara dos Despachantes Oficiais, conforme Decreto 34514 de 20 de Abril de 1945.

São muitas as vicissitudes que se verificaram durante estes 70 anos de existência, sendo certo que tudo foi sendo superado de forma satisfatória. Como é evidente, a criação do Mercado Interno Europeu foi, o acontecimento que, negativamente, mais marcou a Classe dos Despachantes Oficiais e a sua Câmara.

Fomos seguramente uma das profissões mais castigadas com aquela decisão política mal estruturada. Mesmo assim, não estivemos contra ela. Estivemos sim contra a forma como ela foi implementada, a qual ainda hoje sofre dos próprios pecados originais de que não consegue libertar-se, por conflito de interesses entre os seus próprios Estados Membros.

Apesar do muito que sofremos, ultrapassamos galhardamente todos os obstáculos. Vencemos e superamos as dificuldades. Auxiliamos os Operadores Económicos a procurar novas soluções para as suas necessidades comerciais e industriais.

Fomos um dos motores do esclarecimento e aplicação da legislação comunitária. Fizemos formação e promovemos a divulgação de novos conceitos, métodos, regimes económicos e aduaneiros que muito beneficiaram o nosso tecido empresarial.

Fomos competentes, fomos profissionais.

E o futuro?

As experiências porque passamos tornaram-nos mais fechados, mais desconfiados do poder e daqueles que tomam decisões que só prejudicam os outros, nunca a si próprios.

Mais sós, por força das circunstâncias atuais, a quem podemos recorrer? A nós próprios!



Refletindo sobre tudo isto, só uma conclusão se pode tirar: temos de estar unidos. A Classe tem de ser um todo coletivo. Atuações individuais em nada nos beneficiam, sendo bem conhecido que aqueles que nos podem querer enfraquecer (dividir), pretendem beneficiar (reinar) à custa da nossa eventual falta de solidariedade. Devemos estar atentos aos movimentos que nos rodeiam, sejam eles nacionais ou internacionais.

A Câmara dos Despachantes Oficiais representa o coletivo de todos os Despachantes Oficiais. Os órgãos sociais da CDO estão e estarão sempre atentos a tudo que seja do interesse global da Classe, mas precisam conhecer as suas dificuldades.

Tem de existir um permanente fluxo de informação nos dois sentidos. Não é humanamente possível exigir sem participar e disponibilizar.

Uma coisa é certa, isolados, cada um tentando resolver os seus próprios problemas, não vamos, enquanto Classe, a lado nenhum, ou seja não conseguimos alcançar os nossos objetivos.

Pensem coletivamente se queremos continuar a ser reconhecidos como profissionais competentes, eficazes, de elevado nível técnico e imprescindíveis.

Fernando Carmo

Presidente da CDO

TRÂNSITO INTERNACIONAL
SERVIÇOS ADUANEIROS
ENTREPOSTAGEM



CONSULTORIA
REPRESENTAÇÃO
DOCUMENTAÇÃO VITIVINÍCOLA



LADEIRAS & MACHADO

LADEIRAS & MACHADO - DESP. OFICIAIS, LDA

PORTO → LEIXÕES Rua Direita, 9
4450-652 Leça da Palmeira - PORTUGAL
TEL. +351 229 996 760 FAX +351 229 998 686
MAIL: ladeiras.machado@mail.telepac.pt

RÉGUA Rua dos Camilões - Ed. Columbano, 1.ª Salas 5 e 7
5050-272 Peso da Régua - PORTUGAL
TEL. +351 254 323 065 FAX +351 254 323 069



MUNDESTRA

MUNDESTRA (PORTO)
CONSIGNAÇÕES, FRETAMENTOS E TRÂNSITOS, LDA

Rua Joaquim Dias Salgueiro - Armazém 11
4470-777 Vila Nova de Teiça
PORTUGAL
TEL. +351 229 996 600 FAX +351 229 996 609
MAIL: mundestra@mail.telepac.pt



LADEIRAS
DOURO

LADEIRAS (DOURO)
ENTREPOSTOS E TRÂNSITOS, LDA

SEDE Rua dos Camilões - Ed. Columbano, 1.ª Salas 5 e 7
5050-272 Peso da Régua - PORTUGAL
TEL. +351 254 323 065 FAX +351 254 323 069
MAIL: ladeirasdouro@mail.telepac.pt

DELEGACÃO → LEIXÕES Rua Direita, 9
4450-652 Leça da Palmeira - PORTUGAL
TEL. +351 229 996 760 FAX +351 229 998 686
MAIL: ladeiras.machado@mail.telepac.pt



A SUA ESCOLHA EM SEGURO DE CRÉDITOS

Há mais de 40 anos que a COSEC dá o seu melhor para responder às necessidades das PME's, promover a inovação, apoiar a atividade comercial e incentivar a internacionalização das empresas.

Especialista na avaliação de risco, cobertura e recuperação de créditos, a COSEC apresenta um vasto conjunto de soluções adequadas ao perfil do seu negócio. Se quer chegar mais longe da forma mais segura, escolha o líder de mercado. **Só tem a ganhar.**

AO SEU
LADO
**EM TODO
O LADO**

Contacte-nos: 217 913 700 | E-mail: comercial@cosec.pt | www.cosec.pt

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A., sociedade anónima de seguros, com sede em Avenida da República, 58 – 1069-057 LISBOA, autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal a exercer atividade nos Ramos Não Vida – Crédito e Caução. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob número único da matrícula e de identificação fiscal n.º 500726000, com o capital social de € 7.500.000,00.





**CÂMARA
DOS DESPACHANTES
OFICIAIS**



IFCBA
International Federation of Customs
Brokers Associations



CONFIAD
Confederação Internacional
de Despachantes Oficiais

